

Dívida pública absorve

96% da poupança interna

Rio — A dívida pública federal (Letras Financeiras do Tesouro e algumas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) já chega hoje a NCz\$ 52,1 bilhões, representando 96,7 por cento dos papéis que são negociados no **open**, e deixando os títulos privados em uma situação difícil. Este foi o quadro traçado pelo presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Marcos Jacobsen, que se queixou da situação privilegiada da LFT, isenta da tributação.

“E a maior concentração de poupança já vista na história brasileira”, frisou o presidente da Andima, citando que em 13 de janeiro, antes do Plano Verão, os papéis do Governo somavam NCz\$ 34 bilhões, ou 78 por cento do **open**, enquanto os restantes 22 por cento cabiam a papéis privados, como os Certificados de Depósito Bancário

(CDB's), os Recibos de Depósito Bancário (RDB's), os Certificados de Depósito Interbancário (CDI's) e as letras de câmbio. Hoje, pelas contas da entidade, o setor privado se viu restrito a 3,3 por cento do mercado.

Jacobsen, reivindicando o mesmo tratamento fiscal para todos os títulos, sustentou que tal situação está levando ao que ele chama de “um beco sem saída”. Alinhando também a forma como foi definida a extinção da correção monetária, ele acrescentou que diante da preferência do mercado pelos mais atrativos papéis da LFT fica dificultada a captação de recursos destinados a financiamentos, pelo setor financeiro. “Sofre mais quem depende mais de crédito, como as pequenas e médias empresas e os consumidores”.

Os bancos estaduais, segundo o presidente da Andima, também estão vivendo a atual crise

de liquidez em função da situação privilegiada das LFT's dentro do **market**, mais atrativas do que os títulos estaduais. “Queremos um tratamento igual para os títulos estaduais e os títulos privados. O sistema financeiro tem sido forçado a destinar seus recursos ao Tesouro Nacional”, disse queixando-se que o sistema transformou-se “em um gigolô compulsório do déficit público”.

Jacobsen acrescentou que a Andima já realizou diversas reuniões com técnicos do Governo, para levar seu pleito de isonomia fiscal para os títulos negociados no **open market**, como foi colocado agora junto ao Ministério da Fazenda. “A partir de 1985 tivemos 18 mudanças substanciais na tributação dos títulos negociados no mercado aberto, e estamos às vésperas da décima-nona, e tudo acabou privilegiando os títulos públicos federais”, disse.